



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 08/12

4 de Maio de 2012



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

### Medidas Justas e Concretas, Exigem-se!

A ANS tem vindo a acompanhar atentamente as declarações de diversos membros do governo, com particular atenção para as do Ministro da Defesa Nacional e a verdade é que, para além das diversas comissões *pro bono*, nada de concreto acontece. Não basta afirmar aos microfones que se reconhece o *"fruto de muito trabalho, muita dedicação, muita formação, muito conhecimento, rigor e actualização"* e depois impor medidas em nada concordantes com este tipo de discurso.

O folhetim das **"promoções"** (que não as de determinados supermercados) continua a marcar passo, sem que o ministro diga no concreto como, com que dimensão, com que critérios e quando vão ser. Em cada mês que passa sem decisão, muitos militares vêm-se na contingência de passarem à situação de reserva, por força estatutária, sem verem satisfeitas as suas legítimas expectativas e penalizando de forma irrecuperável, por uma "culpa" que não lhes pode ser imputada, a sua perspectiva de reforma. Este clima de incerteza é propício ao aparecimento dos mais diversos rumores e "falsas verdades", nada consentâneos com a tranquilidade e a estabilidade necessárias para o bom desempenho da missão militar.

O **Fundo de Pensões** continua na situação de agonia, com graves percalços já registados quanto aos pagamentos devidos, sem que se antevejam soluções concretas, antes pelo contrário, sendo todos confrontados com a recente afirmação do Secretário de Estado da Defesa que *"não está garantida uma fonte de receita estável"*. Foi necessária a denúncia da ANS para que o ministério "encontrasse" verba para que os montantes referentes aos complementos de pensão de reforma fossem pagos no mês de Abril. E para este mês? E para os meses seguintes? No quadro de dificuldades impostas aos portugueses, não se pode impor aos cidadãos reformados que vivam neste estado de indefinição e incerteza!

Na **Saúde Militar**, anuncia-se repetidamente a nomeação da comissão administrativa do futuro hospital como se todos os problemas desta área, tão sensível quanto fundamental para a Condição Militar, a isso se resumissem. Nada é adiantado relativamente à saúde operacional! Em momento algum é referido que a IGF fez uma inspecção ao IASFA e à ADM, nem as eventuais consequências que, a acontecerem, daí possam advir. Esperamos que não se lembre o governo de surgir com novas teorias de supostas ilegalidades ou irregularidades para lesar os militares e suas famílias, como aconteceu recentemente em relação ao sistema remuneratório, numa altura em que é cada vez mais evidente o aparecimento de necessidades urgentes de apoio social e complementar.

Entre muitas outras questões, continuam por regularizar os pagamentos retroactivos referentes a promoções já verificadas em 2010; está instalada a insegurança relativamente ao pagamento de indemnizações por cessação de contrato aos jovens que terminam o seu vínculo com as Forças Armadas; continua por resolver a situação dos jovens que ingressaram no Curso de Formação de Sargentos do Exército em Outubro de 2010 por alegadamente não existir um regulamento publicado (?); para além da inaceitável intenção de prolongar a sonegação do corte "temporário e provisório" de 3,5% a 10% nos vencimentos e dos subsídios de férias e de natal pelo menos até 2018, é anunciada para o próximo ano a redução das deduções e agravamento do limite dos benefícios em sede de IRS, com o consequente e indesejável agravamento das condições de vida das famílias.

A par de tudo isto, ouve-se repetidamente o Ministro da Defesa Nacional falar da elaboração de um novo conceito estratégico, referindo-se ao mesmo como *"conceito estratégico de segurança e defesa"*. Como sabemos, a Constituição da República não acolhe este conceito conjunto. Não nos pronunciamos sobre a sua validade. Limitamo-nos a registar a sua desconformidade com o consagrado no texto constitucional.

A ANS, no seguimento das posições e alertas que responsabilmente tem vindo a fazer, considera que é chegado o momento de o MDN parar com os anúncios e passar às medidas concretas, deixar as manobras de divagação e governar em concordância e no pleno respeito com as Leis da República!

**Estejamos presentes no VI Encontro Nacional de Sargentos, a 26 de Maio, no ISCTE, em Lisboa!**

**A Direcção**

**Lisboa, 4 de Maio de 2012**